

## **PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA**

PROGRAMA ELEITORAL | VILA DO CONDE | AUTÁRQUICAS 2021

O PAN - Pessoas-Animais-Natureza encara a política como veículo para a mudança que queremos ver no mundo. É por isso que levamos tão a sério a confiança que as nossas e os nossos eleitores depositam em nós e é também por isso que nos dedicamos tão afincadamente no exercício das nossas propostas. Sentimos a responsabilidade que decorre de sermos a voz de quem em nós confia e simultaneamente a oportunidade de podermos contribuir, o melhor que podemos e sabemos, para servir o nosso próximo.

Apresentamo-nos às Eleições Autárquicas 2021 com um programa eleitoral orientado por uma visão ecocêntrica que perspectiva a saúde humana e a saúde do planeta como duas faces de uma mesma moeda e afirmando que só com uma visão integrada poderemos alcançar aquilo que comumente chamamos de qualidade de vida ou de “bem viver”. Este programa pretende assumir uma resposta aos dois grandes desafios do tempo presente: a crise climática e a crise socioeconómica causada pela Covid-19. Dois desafios só por si extremamente exigentes mas que, uma vez coexistindo no tempo, exigirão ainda mais de todas e todos nós.

Os próximos quatro anos serão, pois, especialmente complexos à escala global e, por maioria de razão, à escala local, com os municípios a serem chamados para a linha da frente da implementação das políticas públicas.

Organizamos o nosso programa autárquico sempre com total respeito pelas demais formas de vida e pela nossa casa comum: o planeta Terra. Para nós o caminho faz-se com políticas que coloquem pessoas, animais e natureza a coabitar harmoniosamente, sendo que não concebemos um cenário em que um destes três pilares se autonomiza face aos demais.

Acção Climática, Ambiente e Mobilidade .....	1
Protecção e bem-estar animal.....	10
Habitação e Património Público.....	15
Saúde.....	19
Educação e Cidadania.....	22
Economia e Empreendedorismo .....	26
Cultura.....	31

## **Acção Climática, Ambiente e Mobilidade**

A pandemia da Covid-19 veio demonstrar que a nossa relação com a natureza é insustentável e nos expõe a perigos de saúde e a custos económicos que põem em causa a vida tal como a conhecemos. Já há muito que os cientistas nos vêm alertando para esta realidade.

Existem evidências científicas de que as acções humanas, desde a Revolução Industrial, se tornaram o principal motor das mudanças ambientais globais.

Em 2009, um grupo de cientistas do centro de resiliência de Estocolmo procurou colocar limites à acção humana para prevenir catástrofes e sustentou a existência de 9 limites planetários, 4 dos quais à data de hoje já foram ultrapassados - as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, o uso do solo e os ciclos biogeoquímicos, enquanto que os restantes correm um risco iminente de serem ultrapassados. De acordo com os cientistas que definiram estes conceitos, transgredir um ou mais limites planetários irá desencadear mudanças ambientais abruptas em sistemas de escala continental e planetária, alterando a vida na Terra, tal como a conhecemos.

Também do ponto de vista económico, como já reiteradamente afirmado por entidades como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Económico (OCDE) e o Banco Mundial, o custo da não-acção é em muito superior ao custo da redução de emissões, seja pelos custos de resposta às diferentes catástrofes provocadas pelas alterações climáticas seja pelos custos da adaptação dos territórios às mesmas.

Mais, temos de alterar este paradigma em que vivemos, de lucro financeiro de curto prazo, para um paradigma de valor económico de longo prazo, um paradigma que reflecta na economia o real valor dos bens e dos recursos e, assim, possa permitir que as opções dos agentes económicos sejam as melhores para a humanidade, em detrimento do lucro no curto prazo. É com base nesta mudança de mentalidade que reside a visão do PAN, sendo que as nossas propostas neste eixo de actuação se centram, precisamente, em acções que contribuem para o equilíbrio dos limites planetários, porque todas e todos temos de ser agentes dessa mudança. Sem a nossa casa comum, a vida, tal como a conhecemos, não irá continuar. Nesta visão transversal, todas as políticas municipais devem ter como base a intenção de contribuir para a “poluição zero”, criando mecanismos de monitorização, envolvendo as comunidades educativas e a participação cidadã.

Entramos no ano de 2021 a menos de uma década do ponto de não retorno. Todos os esforços de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) são poucos para evitar esta ameaça à vida no Planeta. É por isso fundamental o contributo a nível municipal para a redução das emissões.

Assim, propomos:

### **Acção Climática**

- Incentivar as empresas a tornarem a sua laboração e meios de produção mais sustentáveis, isentando da derrama as empresas que implementem planos na redução da sua pegada ambiental;
- Definição de metas ambiciosas de descarbonização, consentâneas com o estado de emergência climática, convidando à adesão de entidades e população;
- Aposta na transição energética, incluindo a electrificação da frota municipal, a instalação de painéis solares em edifícios públicos, o apoio na instalação de centrais fotovoltaicas e na criação de comunidades de energia;

- Implementação de uma Estratégia Local para a Eficiência Energética;
- Implementação de um planeamento territorial, através do PDM, que promovam a mitigação e adaptação às alterações climáticas;
- Criação de infra-estruturas verdes e mais espaços verdes de proximidade em todas as freguesias e criação de um verdadeiro Parque da Cidade;
- Reforço do sistema de protecção civil, em particular para lidar com os efeitos das ondas de calor e inundações, a par de acções de sensibilização e formação;
- Protecção da orla costeira com base em engenharia natural;

### **Ambiente**

- Recuperação do Rio Ave através de um trabalho intermunicipal na identificação dos focos de poluição e sua mitigação, assim como a recuperação das suas margens, criando uma ecovia para o Rio Ave

transversal a todo o concelho e contratando guarda-rios como elementos de fiscalização e prevenção de fontes de poluição;

- Criar a figura municipal de protectores dos meios hídricos (guarda-rios) e da zona costeira (guarda-costas) como elementos de fiscalização e prevenção de fontes de poluição;
- Recuperação das linhas de água concelhias, com projectos piloto no Rio Onda e Ribeira de Silvares;
- Alargar a rede de saneamento e fazer um levantamento da sua estrutura que permita identificar descargas ilegais de águas residuais nos canais de drenagem;
- Revitalização da Reserva Ornitológica de Mindelo, honrando o seu historial na conservação da natureza em Portugal, com foco na preservação da biodiversidade e no turismo sustentável e de baixo impacto;



- Estudo para a criação de uma área protegida marinha;
- Projecto de criação de corredores ecológicos, apostando na reprodução e plantação de espécies autóctones e apoiando os proprietários florestais;
- Reforço da arborização urbana;
- Criação de um viveiro municipal para distribuição de árvores nativas aos municípios;
- Criação do Regulamento Municipal do Arvoredo que proteja e cuide das árvores no nosso concelho;
- Elaboração de um plano estratégico para a preservação dos polinizadores;
- Cessaçãõ do uso do glifosato e implementação de meios alternativos e ambientalmente adequados para o controle de ervas daninhas;

### **Agro-floresta**

- Definir em conjunto com os agricultores do concelho um novo modelo de agro-floresta que permita aliar a produção de alimentos com a regeneração dos solos e a promoção da biodiversidade, em contexto com as alterações climáticas;
- Criação de incentivos para as práticas agrícolas sustentáveis que permitam reduzir as emissões de carbono, os consumos de água, energia e químicos;
- Apoios para os sistemas agro-alimentares locais e reforço dos mecanismos de comercialização em circuitos de proximidade;

### **Circularidade**

- Criação de um programa de promoção da economia circular;
- Reforço dos meios e sensibilização para a recolha selectiva de resíduos;

- Criação de um Centro de Recursos Partilhados;
- Combate ao desperdício alimentar;
- Projecto de incentivo à entrega selectiva de resíduos, designadamente com recurso à chamada “moeda local”;
- Promover mecanismos que permitam a reutilização das águas cinzentas e águas residuais tratadas, assim como a valorização das águas pluviais;
- Implementação de uma estratégia municipal de compras públicas ecológicas;

### **Mobilidade activa e inclusiva**

- Criação de uma rede alargada de ciclovias e reestruturação das existentes, que funcione como alternativa segura e eficiente ao automóvel, com mais locais de estacionamento de bicicletas e incentivo

à aquisição de bicicletas, com emissão de reembolso ou voucher desconto;

- Aposta numa rede moderna e intermodal de transportes públicos, com abrangência a todas as freguesias, com horários alargados e adequados aos ritmos e necessidades de vida dos vilacondenses, com paragens modernas que disponham de horários e tempos de chegada;
- Desconto municipal no passe intermodal para estudantes e idosos;
- Implementação de zonas sem carros e zonas de velocidade 30;
- Adaptação de todo o espaço e vias públicas a pessoas com mobilidade reduzida;
- Criação de postos de carregamento para viaturas eléctricas e isenção destas no pagamento de estacionamento de superfície e parques de estacionamento municipais;

- Resolução do problema no cruzamento de acesso à entrada da cidade pelo lado sul, junto à feira semanal;
- Resolução do problema do entroncamento à entrada da cidade depois de passar a ponte;

### **Protecção e bem-estar animal**

A protecção e o bem-estar animal atingiram um patamar de relevo nas sociedades contemporâneas.

A dignidade dos animais não humanos, designadamente no que toca ao seu interesse à vida e à integridade física e emocional, tem vindo a ganhar relevância e a ser reconhecida de forma transversal nos mais diversos sectores da sociedade.

Embora de forma tímida, tem havido um esforço - muito por iniciativa do PAN e aceitação da sociedade civil - para se abandonar uma posição marcadamente sanitarista, para assumir hoje um papel de maior destaque e de garante de políticas relacionadas com o bem-estar e saúde animal.

Seja no domínio dos animais de companhia, dos animais errantes ou abandonados - que se estende aos animais de pecuária, selvagens ou exóticos - da fauna local ou dos animais utilizados nas diferentes áreas do

entretenimento, ou com fins económicos, as autarquias devem guiar-se por princípios agregadores do respeito pelos animais, sobretudo na convergência das diferentes políticas orientadoras, sejam elas de âmbito social, económico, cultural, comercial, desportivo, ambiental e até urbanístico.

Fenómenos como os maus-tratos, o abandono, o acorrentamento, a reprodução descontrolada de animais de companhia, inclusive dos denominados animais de quinta ou de pecuária, a falta de condições de alojamento em que são mantidos, a detenção irresponsável de animais selvagens ou exóticos, as perdas de habitat, entre muitas outras realidades, devem ser eficazmente combatidas.

Por outro lado, importa promover a esterilização dos animais detidos, a adopção, a detenção responsável em respeito pelas condições de bem-estar nas suas diferentes dimensões (física, emocional e comportamental).

É fundamental apostar na educação e nas acções de sensibilização, devendo a autarquia para o efeito dotar-se de meios humanos e estruturais devidamente habilitados e adequados, que lhe permita dar resposta aos desafios impostos pelo decorrer dos tempos em matéria de protecção animal.

É igualmente prioritária a necessidade de uma maior articulação e apoio da autarquia a todos os interlocutores que actuam no terreno. De facto, as

associações zoófilas, bem como muitos munícipes de forma individual, têm-se substituído às autarquias não só na sua obrigação de proteger os animais, mas também em proporcionar-lhes as condições dignas de existência.

Não conseguimos compreender que em pleno século XXI, num município moderno e desenvolvido não estejam a ser implementadas políticas concretas e eficazes nesta área. Apesar dos avanços existentes em matéria de protecção animal, certo é que ainda subsiste alguma ambiguidade legislativa e falta de articulação das políticas promovidas. Dessa forma, torna-se imperativo suprir omissões e abolir excepções inconcebíveis, tais como a realização de espectáculos tauromáquicos os quais ultrapassam a indiscutível consciência ética correspondente ao nosso estágio civilizacional.

As políticas públicas municipais devem assim evidenciar e assumir comportamentos ético-humanitários, aos quais não pode ser alheia a implementação de políticas eficazes de protecção e bem-estar animal.

Assim, propomos:

- Construção de um Centro de Recolha de Animais que possua todas as valências necessárias, que inclua gatil e que seja finalmente possível licenciar;

- Reforço da equipa técnica alocada aos serviços veterinários municipais e alargamento dos horários de atendimento e de trabalho;
- Alargamento dos programas de captura-esterilização-devolução de gatos de rua, de modo a abranger muito mais animais e efectivamente controlar o número de nascimentos;
- Apoio aos cuidadores das colónias de gatos com alimentação e cuidados veterinários;
- Fim da obrigação do registo do microchip do gato de colónia em nome do cuidador, assumindo a autarquia essa que é a sua responsabilidade;
- Parques caninos nas freguesias;
- Interdição de circos com animais no município, assim como outras actividades que utilizem os animais para entretenimento, como as corridas de galgos;



- Criação de um parque que acolha matilhas;
- Criação da figura do provedor dos animais, ambiente e cidadania;
- Cheque-veterinário para apoio à esterilização e identificação electrónica e também para os tratamentos veterinários dos animais de agregados com insuficiência económica;
- Formação para a legislação em vigor sobre a protecção animal aos órgãos de polícia e executivos das juntas de freguesia;
- Colaboração próxima entre o município, os serviços veterinários municipais e as associações de protecção animal nesta matéria, mas também para situações de violência doméstica e situações de segurança social, onde os agregados detenham animais de companhia;
- Inclusão do resgate e salvamento dos animais nos Planos de Protecção Civil Municipais;

- Aposta em campanhas de sensibilização e responsabilização sobre os deveres na detenção de animais;
- Criação de um pelouro denominado “Protecção, saúde e Bem Estar Animal” na orgânica da Câmara Municipal;
- Criação de uma comissão permanente para a protecção animal que envolva o executivo municipal, médicos veterinários, associações de protecção animal, provedor animal, cuidadores de colónias e figuras da sociedade civil;

### **Habitação e Património Público**

O acesso à habitação é um direito universal. Não se trata apenas de um local para pernoitar. É uma estabilidade emocional, uma protecção, uma segurança que permite ao ser humano zelar pela sua qualidade de vida, pela sua saúde e pela sua família (pessoas e animais). No entanto, com o desenvolvimento quer do segmento de luxo, que potenciou uma reabilitação e renovação urbana, quer do turismo pouco ou nada planeado, novos segmentos sociais

aumentaram as dificuldades no acesso e manutenção de uma habitação, sendo as pessoas empurradas e excluídas do centro das vilas e cidades.

Acreditamos que o direito fundamental à habitação deve, em primeira linha, ser materializado pelo Estado. Assim, defendemos que a resposta à actual crise passa por investir na criação de uma rede de habitações públicas através, sobretudo, da reabilitação do património municipal e do Estado e, quando necessário, de nova construção, devendo estas habitações ser passivas energeticamente, incentivar à inversão da desertificação de territórios e garantir a defesa dos valores da inclusão e do espírito de comunidade.

Assim propomos:

- Que se faça um levantamento do património imobiliário municipal que esteja inutilizado e que seja passível de ser convertido em habitação permanente;
- Que seja constituído um grupo de trabalho que se foque exclusivamente em captar fundos europeus para a reabilitação e/ou construção de novas habitações sociais;

- Criar um gabinete de atendimento técnico de apoio aos particulares na área do projecto, instalação e definição de equipamentos, que permitam melhorar a eficiência energética e o conforto da habitação, procurando incentivar as casas passivas e ainda apoiando o sector privado na elaboração de candidaturas a programas já existentes ou novos do Governo e/ou do município;
- Assegurar que os edifícios a construir, ou objecto de reabilitação profunda ou ampliação, dispõem de postos de abastecimento de veículos eléctricos nos parqueamentos e locais adequados para parqueamento de bicicletas;
- Criar projectos municipais com o objectivo de combater a pobreza energética, recorrendo a fundos europeus, alinhados com os instrumentos já existentes a nível nacional, através de benefícios fiscais para proprietários/as que procedam a obras neste âmbito, da não cobrança de taxas de licenciamento neste tipo de obra e de apoio financeiro e técnico relativo, entre outros, a materiais de construção; eficiência energética; implementação de soluções de base natural nos edifícios;

- Atualizar a lista dos edifícios municipais ou do Estado com amianto, dentro da área do município, realização de análises laboratoriais e da qualidade do ar interior e elaboração de calendarização para remoção de todos os materiais e equipamentos que contenham amianto pertencentes à administração local até ao final do ano de 2022;
- Garantir o acesso a pessoas com animais de companhia a todas as habitações municipais;
- Apostar num forte reforço do investimento na reabilitação e construção de habitação pública para arrendamento acessível, pugnando pela mobilização do património imobiliário do Estado e municipal;
- Criar uma verba no Orçamento Municipal alocada ao Arrendamento Jovem;

## Saúde

A perspectiva do PAN para a saúde é que esta é uma área transversal a todos os domínios das políticas públicas locais e que, como tal, os executivos municipais devem integrar preocupações com a promoção e protecção da saúde, privilegiando a prevenção e considerando esta dimensão em todas as decisões públicas locais. Tal deve ser assegurado através de técnicas/os municipais especializadas/os nas áreas da saúde e parcerias com entidades e organismos representativos desta área. No PAN entendemos a saúde como um recurso individual e colectivo que exige literacia, responsabilidade, empoderamento para a acção preventiva e a auscultação participada de todos os sectores e grupos sociais. Entendemo-la também numa dimensão longitudinal, ao longo da vida, onde os primeiros anos de desenvolvimento são essenciais para uma melhor condição de vida futura, minimizando o sofrimento e reduzindo custos de vida pessoais, familiares, sociais e económicos.

Neste âmbito, propomos:

- Criação de uma comissão que integre todos os partidos políticos do concelho, com e sem assento na Assembleia Municipal, que reúna com

urgência com o Governo, e que trabalhe em conjunto de modo a desbloquear de uma vez por todas a verba para a construção do prometido hospital de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, em benefício da saúde de toda a população;

- Promoção de uma alimentação saudável com base vegetal, preferencialmente de produção local e biológica;
- Instalação de novas hortas urbanas em todas as freguesias que permitam as pessoas cultivar os seus alimentos, de forma saudável e biológica;
- Promoção da saúde preventiva, sensibilizando e apoiando as práticas que permitem reforçar o nosso sistema imunitário;
- Criação de um serviço de internamento psiquiátrico que promova uma abordagem biopsicossocial, não focado apenas no tratamento farmacológico;

- Promoção de eventos que coloquem profissionais de saúde com acção na doença a discutir e a partilhar informação sobre a saúde à comunidade;
- Promoção de rastreios de diversas patologias, que sejam frequentes e gratuitos à população;
- Levantamento de necessidades junto dos idosos e das suas famílias, diagnosticando os problemas vivenciados e estabelecendo estratégias de intervenção;
- Promoção do envelhecimento activo através de iniciativas que envolvam a população sénior em actividades comunitárias, quer através da discussão/debate de propostas e ideias, quer através da execução de tarefas que contribuam para o bem comum;



## Educação e Cidadania

Para o PAN, nas escolas deve aprender-se a voar, criando-se todas as condições para essa aprendizagem. É nesse desafio maior que fundamentamos as nossas propostas. É necessário rever e transformar as políticas educativas. Desde logo, reforçando a verdadeira autonomia das escolas, a implementação de um modelo de gestão democrática, por oposição à nomeação de direcções frequentemente reféns de poderes instituídos. Para uma educação de qualidade, o PAN considera fundamental reduzir os conteúdos e conseqüentemente rever as aprendizagens essenciais. As políticas educativas vigentes obrigam as escolas a fixarem-se nas aprendizagens formais, no acumular de conteúdos, contrariamente ao que é preconizado nos discursos. Consideramos que é essencial incluir os termos 42 inclusiva e equitativa, pois não se pretende o "igual para todas/os" mas antes que a escola seja onde todos/as podem ter o seu lugar. O PAN preconiza um modelo educativo com base na abordagem da *wholeschool approach*, onde a aprendizagem e o desenvolvimento comungam através da integração de todas as actividades lectivas e não lectivas, sustentadas no tempo, promotoras de inclusão e envolvimento activo dos estudantes, integrada em modelos escolares democráticos, onde a formação profissional contínua é valorizada e

se estabelecem pontes de comunicação sólidas com a comunidade envolvente. O conhecimento aprofundado da realidade envolvente concretiza e contextualiza as aprendizagens. Dentro desses modelos, assoma a Escola-natureza ou Escola-Floresta. Nesta abordagem de Escola integrada na comunidade e meio envolvente, o PAN defende também os modelos de educação através da relação e contacto com a natureza e com os animais. Este é um espaço com recursos pedagógicos infinitos. Com a intencionalidade pedagógica de profissionais capacitados para este modelo, as crianças e os jovens passam a poder aprender através da exploração e da descoberta na natureza, tornando-se mais resilientes, criativos, autónomos, atentos a si, aos outros e ao mundo. Existem vários estudos que apontam para os ganhos em saúde e para a aprendizagem resultantes de actividades escolares realizadas em espaços verdes, nomeadamente, maior capacidade de concentração, consciência e responsabilidade individual e colectiva, empatia pelo que rodeia, sentido crítico, autoconfiança e auto-estima, todos factores essenciais para o desenvolvimento pessoal, para a motivação e para o sucesso nas aprendizagens. Mas actualmente as crianças e os jovens têm o dia repleto de actividades, passam mais tempo fechados, com muitas horas de tempo lectivo e trabalhos de casa, e menos oportunidades para usufruir de

actividades ao ar livre. Para crescerem de forma saudável, as crianças e os jovens necessitam de brincar e explorar a Natureza, com a Natureza, compreender e conectar-se com a Natureza e com os animais O PAN considera que os Municípios devem ser promotores de Educação para a Cidadania, imprescindível para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres, em diálogo e no respeito pelas outras, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos. O mundo actual exige a formação de jovens capazes de, cooperativamente, darem resposta a desafios emergentes, sejam eles, a preservação do meio ambiente, a resolução de novos problemas sociais e humanos, ou o desempenho de profissões ainda desconhecidas. As aprendizagens significativas ocorrem essencialmente pela prática, ao longo da vida, com a participação, o envolvimento, cooperação e co-responsabilização de todos os agentes educativos. Por conseguinte, é fundamental que os municípios reflectam nas políticas educativas os seguintes compromissos:

- Dinamizar a recolha autónoma e pessoal de lixo nas praias e espaços públicos, com incentivos e formações nas escolas;

- Formação de um grupo de trabalho, dentro do pelouro do ambiente e da educação, que apoie as escolas na elaboração de uma alimentação saudável;
- Criação de hortas dentro do perímetro das escolas, onde os alunos possam aprender e trabalhar a terra, com a plantação de alimentos e árvores de fruto, revertendo os produtos para a própria escola ou instituições locais;
- Dinamização de Actividades Extracurriculares que abordem para os assuntos importantes para a vida de todos - como o ambiente, a protecção animal, a saúde, entre outros - que os preparem para serem adultos preocupados e conscientes;
- Promoção do envolvimento das crianças e jovens em iniciativas a levar a cabo na comunidade, quer através da discussão/debate de propostas e ideias, quer através da execução de tarefas que contribuam para o bem comum;

- Existência de parque infantis em todas as freguesias;
- Promoção de palestras que abordem as questões como a igualdade, a inclusão, o bullying entre outros assuntos que são fundamentais de inculcar aos nossos jovens;
- Criar um Orçamento Participativo que permita aos jovens trabalhar e decidir em projectos para a comunidade e para a cidade;
- Inclusão de Vila do Conde na rede de cidades arco-íris;

### **Economia e Empreendedorismo**

Para o PAN é muito claro que não pode haver desenvolvimento económico que não seja sustentável e que não respeite os limites do planeta. É por isso que defendemos que todas as propostas económicas têm de ter como pano de fundo uma garantia de sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, critérios de justiça social, intergeracional e de transparência, que fomentem o uso eficiente de recursos. A Organização das Nações Unidas afirma que a actividade humana alterou todos os cantos do planeta, de terra ao oceano, e

que, à medida que continuamos a invadir incansavelmente a natureza e a degradar os ecossistemas, colocamos em risco a saúde humana, salientando que 75% de 153 todas as doenças infecciosas emergentes são zoonóticas, ou seja, vírus originários da transferência de animais para humanos. A pandemia da Covid-19 veio demonstrar algo para o qual os cientistas nos alertaram há muito: que a nossa relação com a natureza, tal como está, é insustentável e expõe-nos a perigos de saúde e a custos económicos que colocam em causa a vida como a conhecemos. Precisamos urgentemente de encontrar um ponto de equilíbrio que nos permita ter qualidade de vida sem hipotecar o futuro do planeta e das gerações vindouras. Tendo por base este cenário, a aposta tem de passar pela preservação da biodiversidade e pela construção de pacotes de recuperação económica pós pandemia centrados nos investimentos verdes, como as energias renováveis, a eficiência energética, a definição de requisitos ambientais nas compras públicas, a oferta de transportes públicos e investimentos e políticas guiados pelos princípios de produção e consumo sustentáveis. Precisamos de assumir o compromisso com a transição para uma economia neutra em carbono - a chave para um futuro resiliente e sustentável. A História tem-nos mostrado que depois de uma crise económica a tendência é a recuperação financeira a todo o custo,

sem olhar a meios, o que constitui uma grande preocupação para o PAN. É por isso que acreditamos que o momento, sendo particularmente difícil, deve ser uma oportunidade de viragem. Do ponto de vista económico, como já reiteradamente afirmado por entidades como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Banco Mundial, o custo de não reduzir emissões de gases com efeito de estufa é muito superior ao custo da redução de emissões, seja pelos custos de resposta às diferentes catástrofes provocadas pelas alterações climáticas, seja pelos custos da adaptação dos territórios às mesmas. Temos de alterar este paradigma económico em que vivemos, de lucro financeiro de curto prazo, para um paradigma económico de valor económico de longo prazo, um paradigma que reflecta na economia o real valor dos bens e dos recursos e, assim, possa permitir que as opções dos agentes económicos são as melhores para a humanidade e não para o seu lucro de curto prazo. A título de exemplo, no paradigma económico em que vivemos, o valor de uma floresta só aparece quando a madeira é cortada e vendida. E o valor da retenção do dióxido de carbono e da emissão de oxigénio, fundamental para a nossa vida, onde está? 154 Nesta perspectiva, e numa altura em que os Municípios serão chamados cada vez mais a assumir um papel que foi, até há bem pouco tempo, uma incumbência do Poder

Central, o PAN alicerça a sua proposta na promoção de uma economia local ambientalmente sustentável, socialmente justa e transparente. O PAN defende assim a promoção da economia local, que deve seguir critérios de sustentabilidade ambiental, mitigação e adaptação às alterações climáticas, preservação dos ecossistemas e biodiversidade e de justiça social.

Assim, propomos:

- A transformação em Vale de 10% do valor total da factura da água dos municipais, de modo a que possa ser usado na economia local, em espaços até 200m<sup>2</sup>. Esta é uma medida que impacta directamente no valor pago pelos vilacondenses pela água, ao mesmo tempo que canaliza e potencia para o comércio local cerca de 2 milhões de euros por ano dos impostos dos vilacondenses;
- Aposta no empreendedorismo social, que visa resolver problemas persistentes na comunidade e potenciar a regeneração ambiental e social através da criação de uma incubadora social (Centro de Inovação Social);



- Promover certificação e promoção dos produtos e serviços de base local, como forma de reduzir a pegada ecológica;
- Incentivo ao turismo do mar, que observe a potencialidade além da pesca, como os passeios de barco, o mergulho, a observação e as actividades náuticas;
- Apoio à criação de uma cooperativa de agricultores biológicos ou de pequena escala;
- Criação de uma feira anual de emprego que reúna as empresas do concelho e divulgue as vagas disponíveis;
- Criar o Gabinete “Investir Positivo”, um gabinete de captação de investimento em áreas entendidas como estratégicas, como sejam as das alterações climáticas, da tecnologia, da mobilidade e da alimentação;

- Criar igualmente um Balcão de Apoio a candidaturas aos fundos comunitários existentes, que disponibilize apoio especializado e gratuito. Simultaneamente, disponibilizar no sítio da Câmara Municipal informação sobre a matéria, nomeadamente, fundos disponíveis e critérios e requisitos de acesso;

## Cultura

Na esperança de que a cultura, as artes e a imaginação sejam o motor de novas formas de pensar e de reinventar as comunidades locais, em especial após a crise pandémica, trazemos como principal desafio a possibilidade de consolidar um movimento onde seja possível ancorar novas e velhas vontades, paisagens culturais comuns, polos de economia criativa e competências locais de intervenção e desenvolvimento.

Neste programa assumimos o objectivo de delinear um ideário PAN para a cultura, a qual não deve ser meramente chão de recreação e de entretenimento. A cultura, a valorização artística e a paisagem são acima de tudo intervenções críticas, que nos levam a questionar o “eu” e a nossa envolvente partindo do que constitui a região ou local. Queremos que a cultura, a valorização artística e a paisagem deixem de ser entendidas como

um consumo não essencial. Queremos um Portugal onde a cultura, a valorização artística e paisagem e os/as seus/suas agentes e intermediários/às sejam vistos/as como fundamentais.

Assim propomos:

- Envolver a escola pública, privada, cooperativa e outras através de parcerias institucionais no processo de formação e activação de públicos e espectadores;
- Fixar agentes culturais locais com vista a existir uma maior proximidade e compreensão perante os públicos e os/as criadores/as: residências artísticas intermitentes, mas também companhias e artistas residentes. Ainda, incentivar, promover e desenvolver a produção cultural e artística, os/as seus/suas agentes, associações, colectivos, instalações, envolvendo as populações locais em todo este processo;

- Incentivar a produção artística e cultural e a defesa do património, ao nível local, resistindo ao actual conformismo e normalização civilizacional;
- Criar programas em parceria com o sector da saúde pública, privada e cooperativa, nos quais a cultura e as artes sejam facilitadoras de abordagens positivas no que à saúde mental diz respeito;
- Criar o “Certificado de Honra do Criativo Local”, atestando as suas competências curriculares ao nível das artes e da cultura local;
- Criação de uma Feira do Livro novo e usado, anual;
- Criação de um fundo de apoio ao desenvolvimento e projectos artísticos;

Acreditamos que estas são propostas importantes para o futuro de todos nós e que são perfeitamente exequíveis nos próximos anos, garantindo assim um trabalho sério, real e que beneficie a vida de todos nós.

A Concelhia PAN Vila do Conde